

ESTUDO GRAFEMÁTICO DA VERSÃO PORTUGUESA DO TRATADO DE HAIA (1641)

GRAPHEMATIC STUDY OF THE PORTUGUESE VERSION OF THE TREATY OF THE HAGUE (1641)

Eliabe dos Santos Procópio¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma descrição grafemática e das abreviaturas da versão portuguesa do Tratado de Haia (1641), cujos originais inéditos estão armazenados no Arquivo Municipal de Amsterdã. O estudo desse Tratado possibilita uma compreensão das relações políticas entre Portugal e Holanda, bem como da formação histórica do Brasil colônia. É uma fonte primária para o estudo da história do Brasil colônia e da língua portuguesa, um testemunho seiscentista que se caracteriza pelo perfil latinizante da grafia e do léxico, e conservador nas abreviações, afinal é um texto da esfera jurídica; e pela transmissão típica às peças textuais da Diplomacia do período moderno (Sécs. XV-XVIII): escrito originalmente em latim e traduzido para as línguas nacionais, português e holandês.

PALAVRAS-CHAVE: Tratado de Haia, grafemática, abreviatura.

ABSTRACT: *The present paper presents a description of the Portuguese version of the Treaty of The Hague (1641), specifically of its graphemics and abbreviations. The study of this Treaty, the unpublished originals of which are stored in the Amsterdam Municipal Archives, enables an understanding of the political relations between Portugal and Holland, as well as the historical formation of colonial Brazil. It is a primary source for the study of the history of colonial Brazil and of the Portuguese language, a 17th century testimony characterized by latinizing spelling and lexicon, conservative abbreviations, as it is a legal text, and by the typical transmission to textual pieces of Diplomacy of the modern period (15th-18th centuries): originally written in Latin and translated into the national languages, Portuguese and Dutch.*

KEYWORDS: *Treaty of the Hague, graphemics, abbreviation.*

Introdução

Tratado Internacional é um documento próprio da área do Direito Internacional e Diplomacia, onde ele é definido como um acordo entre dois ou mais sujeitos internacionais, que tem por fundamento o consensualismo e “pretendem ser e são considerados pelas partes como obrigatório e que contém regras de conduta sob a lei internacional, pelo menos para uma (normalmente para todos) das partes” (BERNHARDT, 1991, p. 460).

¹ Universidade Federal de Roraima. E-mail: eliabe.procopio@ufrr.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9766-1686>

O estudo desse tipo documental possibilita ver o funcionamento da língua em uma situação extraordinária, visto que apenas uma pessoa no Estado tem o poder discricionário para assiná-lo (assumir a função de autor) e representa a simetria social entre sujeitos que são diferentes em sua essência, mas iguais em suas demandas. É um gênero que se caracteriza por sua natureza deôntica, pauta a conduta de duas ou mais nações e nasce para ser perene até que seja substituído ou complementado por outro ajuste diplomático (PROCÓPIO, 2020).

O Tratado de Haia (TH) foi estabelecido entre Portugal e Holanda em 1641, quando diversos acontecimentos marcaram a história de ambos os países, tais como: o fim da União Peninsular e o transcurso da Guerra dos 80 anos, entre Espanha e Países Baixos. O Acordo de Paz entre Portugal e Holanda concretiza-se na Europa, mas não na América, onde a Companhia das Índias Orientais realizava suas incursões. O objetivo, portanto, do Tratado de Haia era o de estabelecer uma trégua de dez anos entre a República Holandesa e o Reino português e formar uma coalizão militar para empreender contra o Reino Espanhol.

O levantamento estemático provisório do Tratado, realizado por Procópio e Nascimento (2014), inclui esta versão portuguesa, que se encontra disponível no Arquivo Municipal de Amsterdã (*Stadsarchief Amsterdam*), outras versões divulgadas em impressos. Originalmente, o Tratado foi escrito em latim e traduzido para as respectivas línguas nacionais, que conta com várias cópias. A diferença entre essas cópias e a disponível no Arquivo de Amsterdã consiste no acréscimo de duas páginas, nas quais o próprio Rei apresenta uma ação declaratória a respeito da veracidade do Tratado, estabelecido e assinado entre seu comissário e seus pares holandeses; e a própria assinatura real – em todas as outras cópias, o texto acaba com as assinaturas dos embaixadores envolvidos na negociação, apontam Procópio e Nascimento (2014).

Ainda nesse período moderno época, era comum a gerência papal quando envolviam assuntos entre reinos diferentes. Por esse motivo, o texto original está em latim, do qual foram feitas traduções espelhadas para os idiomas nacionais de Portugal e Holanda. Considerando-se as fases de celebração de um Tratado Internacional, que, em linhas gerais, são negociação, consentimento das partes, legalidade, e registro e publicação (SCHRODER, 1991, p. 511), a inserção dessa declaração real ocorre possivelmente em sua fase final, que inclui a tradução para o português e sua divulgação.

No próprio documento, assevera-se que “Este Tratado será confirmado e ratificado por El Rey de Portugal e pelos senhores Ordens Gerais”. Em seguida, a declaratória se inicia com

“portanto havendo eu visto o dito Tratado de tréguas e cessação de todo o ato de hostilidade, e juntamente de socorro por tempo de dez anos, e querendo aceitar o acertei; aprovei e ratifiquei, como em efeito pela presente minha Carta patente o aceito, aprovo, ratifico e confirmo” e se encerra com “E por verdade, fé, e firmeza de tudo, mandei passar a presente Carta por mim assinada e selada com o selo grande de minhas armas.”

A edição e o estudo da cópia do Tratado de Haia arquivada em Amsterdã não vislumbra reconstituir o texto original (*collatio*), mas simplesmente descrever a transmissão textual do referido documento e suas características linguístico-textuais. Este artigo é, portanto, um recorte, pois se limita a apresentar uma descrição grafemática e das abreviaturas.

A caracterização linguística do Tratado tem como referência o português seiscentista, período que recebe diversas denominações (MATTOS e SILVA, 2006, p. 25), dentre elas a nomenclatura ‘período moderno’ parece mais ajustada à terminologia adotada por outras línguas românicas e ao própria divisão cronológica da histórica. Nesse período seiscentista, Portugal já havia se organizado como país e formado uma máquina administrativa para gerenciar seu império. Consequentemente aumenta a produção textual não literária, surgindo assim um vasto patrimônio documental.

A língua portuguesa da segunda metade do século XVI e século XVII caracteriza-se pelo “enriquecimento lexical, disciplina gramatical, emulação com o castelhano e expansão da língua para os povos conquistados” (SPINA, 2008, p. 279-309). Um movimento próprio desse momento é a latinização da língua nos seus aspectos gráficos, fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais, diz Silveira (1934, p. 104-105).

Outro marco para o português seiscentista (e quinhentista também) é expansão do Império. A cada novo contato linguístico, atualizações ocorriam no léxico lusitano. Na América, esse contato com as línguas indígenas (e africanas) enriqueceu não apenas a vertente europeia do português, mas também deu fisionomias ao português brasileiro (PB). O estudo linguístico e grafemático do Tratado de Haia justifica-se também por ele apresentar não só marcas do português transplantado para as terras americanas, mas também por ele integrar uma tradição retórico-textual herdada pela Diplomacia brasileira, possibilitando, então, a caracterização da tratadística nacional.

1 Descrição grafemática

Apesar de a grafia não ser um nível linguístico, seu estudo possibilita conhecer as práticas gráficas e as convenções ortográficas que subjazem os usos da língua. Do ponto de vista histórico, os falantes costumavam aproximar sua escrita do seu falar, principalmente porque não havia uma padronização oficial do sistema ortográfico da língua portuguesa.

O estudo grafemático do TH situa-se num momento de transição entre o chamado período fonético, momento em que ‘a língua era escrita para o ouvido’, e o pseudoetimológico, momento em que abundam consoantes geminadas e insonoras. A datação do período fonético inicia-se com o surgimento dos primeiros registros escritos do português, estendendo-se até o século XVI; e o do pseudoetimológico, do século XVI até 1904, quando surge a obra de Gonçalves Viana, **Ortografia Nacional**, conforme Coutinho (2005, p. 107).

Essa divisão cronológica é puramente didático-metodológica e fundamenta-se nas regularidades gerais observadas pelas pesquisas em história da língua. Sem uma diretiva oficial sobre a ortográfica, o usuário da língua se filiava às diversas tradições ortográficas. Inclusive, mesmo no século vigente, com uma ortografia oficial e reforçada no meio escolar, há escritas marcadas derivadas da oralidade e da hipercorreção.

A oscilação entre escrita fonética e pseudoetimológica aponta para possíveis variações linguísticas, cujo estudo precisa ser validado por outros exemplos (e pesquisas) do mesmo período. O estudo grafemático deve ser cauteloso, pois lida com 1) *garbage*/lixo, mais conhecido na tradição filológica como *lapsus calami*; 2) *purely graphic variation*/variação puramente gráfica; e 3) *phonologically significant spellings*/ grafia significativamente fonológica, que pode ser o registro de uma variação linguística do momento (LASS, 1997, p. 61-63).

Quanto aos erros de escrita (*lapsus calami*), eles ocorrem por 1) adição (ditografia) ou 2) omissão de uma letra (haplografia), uma sílaba, uma palavra ou uma frase (homoioteleuton); por 3) alteração da ordem gráfica, silábica, vocabular ou frasal; e por 4) substituição gráfica ou vocabular (*lectio faciliior*), em que o copista “diante de uma palavra pouco frequente com características gráficas muito similares a outra de uso normal, opta por essa segunda opção para criar uma lição mais fácil” (BLECUA, 2001, p. 25, tradução própria).

A substituição ocorre também por outros fatores ligados ao próprio processo da cópia, como pelo cansaço, por exemplo. No caso de impressos, é comum identificar o erro causado pelo impressor ou o editor, que operava diversas intromissões, inclusive textuais-discursivas, como juntar textos de mesma temática em um só, imprimir parcialmente ou alterar o conteúdo

informativo, diz Espejo-Cala (2008).

No estudo grafemático, outras questões devem ser consideradas, como o estilo de escrita do copista, a tradição textual a que se filia o diploma, a relação entre língua materna e estrangeira do escritor, a variante linguística utilizada; e as condições de produção (tipo de material de escrita, pressão em escrever, redação realizada em um local apropriado ou ao ar livre), visto que a escrita não é simplesmente uma técnica de representação da fala, mas é uma construção histórico-cultural e representa as convenções sociais vigentes (e, por vezes, conflitantes).

A grafia do Tratado de Haia caracteriza-se pela alternância entre um padrão fonético e um pseudoetimológico, isto é, ora apresenta marcas de oralidade ora retoma padrões gráficos tipicamente greco-latino; e, mais especificamente, pela repetição das vogais ‘ee’ (*ordeens*) e ‘oo’ (*boons*), e das seguintes consoantes: cc, ff, gg, ll, mm, nn, pp e tt (*appliquem, anno, villa, offensas, soccorrer, scrittas, commodo, agradável*)

No período histórico do Tratado, a repetição consonantal não é aleatória, mas ocorre de forma mais ou menos regular e de acordo com o tipo documental, podendo representar, dentre outros motivos, uma manutenção do padrão ortográfico do latim, em que “todo ditongo ou vogal seguida de duas consoantes, ou de ‘x’, ou de ‘z’, é longa” (FARIA, 1940, p. 22).

Quanto às vogais, sua duplicação ocorre quase sempre em sílabas tônicas, podendo tratar-se de uma simples manutenção gráfica, que existia desde o galaico-português, “resultantes da queda de consoantes intervocálicas nas palavras latinas: maa (má), paaço (paço), caveira (caveira) [...] Estes hiatos, que a princípio constituíram duas sílabas, foram desaparecendo progressivamente, porém a grafia conservo-os por longo tempo”, diz Paiva (2008, p. 175).

O mecanismo da repetição de letra é fundamental em latim para indicar a tonicidade das palavras. Em português, esse mecanismo pode ter similar função indicando que a sílaba tônica é a anterior à duplicação ou que a sílaba forte está na duplicação: *soccorro, efeito/effeitu, fee, pee, dee* (verbo dar), *boons, illustres, sellada, immoveis, applauso, trattato, villa, sello, anno, danno, Castella*. Essa repetição não alterava a fonologia vocabular, era a repetição de um modelo gráfico.

A duplicação gráfica ocorre também na representação da palatalização que havia na combinação enclítica do verbo no infinitivo com o pronome átono ‘a’: *mandallas debaixo de seus nomes*.

Na transição do português arcaico² para o moderno, houve a simplificação no quadro das sibilantes. Conseqüentemente, a cedilha, que representava o fonema /ts/, passa a ter um uso etimológico, sendo usado diante das vogais ‘a’ e ‘o’ (e ‘u’ em indigenismos e arabismos). No Tratado de Haia, a cedilha é usada apenas diante da vogal ‘a’, possivelmente representando o som fricativo alveolar desvozeado [s] (*procuração*), já que a mudança das sibilantes tinha ocorrido na transição do século XV para o XVI.

Ainda como resultado da mudança das sibilantes, a letra ‘z’, que representava o som [dz], passa a ser pronunciado como uma fricativa alveolar vozeada [z] e a confundir-se com o ‘s’ intervocálico, indicando o vozeamento. A vacilação gráfica no Tratado de Haia ocorre entre ‘s’/‘z’ (*amisade /amizade, Brasil/Brazil*) e entre ‘ss’ / ‘ç’ para indicar a simplificação de [ts] para [s] (*assucar*).

A grafia pseudoetimológica no TH manifesta-se por meio dos grupos cultos: ‘-ct-’ (*acto, auctoridade, aucto, districto, effecto, architecto, directa* e 1 *indirecta*); ‘-pt-’ (*excepto, septentrionaes* e *promptas*); ‘ch’ (*Monarchia* e *architecto*), ‘ph’ (*Phelippe*) e ‘-mn-’ (*comnosco*). A pseudoetimologia ocorre também para recuperar grafias mais próximas do latim, como *occupou, successão, acclamarão* (pretérito), *applicarção* e *admittirey*; ou propor grafia latinas que nunca existiram: *accabado, deffender* e *aggradavel*.

As falsas etimologias são propostas gráficas que nunca existiram, de que são exemplo: *hera* e *hindo* – inclusão do ‘h’ no verbo ser e ir.

No aspecto etimológico, algumas grafias são tentativas de reconstrução etimológica: *comprehendido* (comprehendere), *acto* (actum), *architecto* (arquiteto) e *monarchia* (monarchia); e as formas verbais *acquiridos, adquirirão* e *acquirir* (do latim vulgar *acqaerere, que remonta à forma clássica *acquirere*).

A grafia com base em etimologias reais e fantasiosas representa uma tentativa de atribuir ao português uma aparência de elegância e beleza, que culturalmente era dado às línguas clássicas (latim e grego), conseqüentemente um aspecto de correção gramatical; e uma transição social entre uma ser língua secundária e marginalizada para ser língua de estado, o Império Português. Afinal, a língua portuguesa já não eram aquelas glosas redigidas às margens textuais, ela havia migrado e ocupado a posição central na folha.

² Português arcaico é situado entre os séculos XIII a XVI, conforme Mattos e Silva (2006).

No Tratado de Haia é muito comum a alternância entre as desinências “-ão” e “-am”, tanto para nomes quanto para verbos: *ocasião/occasiam*, *provisão/provisam*, *sejão/sejam*, dentre outros.

Esse tipo de alternância inicia na passagem de algumas desinências modo-temporais (-ant e -unt) e do acusativo singular (-anem, -onem, -anum e -udinem) latinos para o português arcaico ‘-am’, ‘-om’ e ‘-ão’, diz Williams (1961) que exemplifica com as rimas do *Cancioneiro Geral* (1516), onde há 3 pares de alternância (‘-aram’/‘-arão’, ‘-eram’/‘-erão’ e ‘-iram’/‘-irão’), e afirma que nos textos primitivos, são encontradas essas alternâncias, que foram sendo alteradas pelas atuais (WILLIAMS, 1961, p. 180-184).

Apenas 5 desse conjunto de 6 alternâncias ocorrem no Tratado, demonstrando a preferência pela desinência de futuro em ‘-ão’, como se vê adiante:

-aram	-arão	-eram	-erão	-iram	-irão
01	18	02	23	Zero	08
<i>Costuraram</i>	Verbos variados	Fut. Presente <i>Socorreram e teram</i>	Verbo variados		Verbos variados

A alternância das desinências nasais atinge não apenas aos verbos, mas também ao advérbio ‘tão’, sinalizando o processo de contração gráfica e neutralização fonológica entre ‘-ão’ e ‘-am’, que fixou a grafia da palavra ‘também’, como se lê no trecho seguinte: “Tãobem sera livre a cada huma das partes navegar”.

Outras representações gráficas podem indicar processos fonológicos, como é o caso do alçamento das vogais ‘o’ e ‘u’ em posição pré- e pós-tônica (*efeito e effeitu; distritto/districto, destritto; e sogeitos*). Esse tipo de vacilação vocálica aponta para um fenômeno ocorrente no português contemporâneo, o alçamento vocálico, como assevera Bisol (2010).

Os casos de variação puramente ortográficas são estes (alguns podem indicar uma possível variação fonética):

- g/j: *magestade/majestade, sogeito/sujeito*;
- b/v – *libras/livras*;
- z/s ou s/z: *dezejo/desejo; apresentada/apresentada; dezamparados/desamparados; prezas/presas; uzaram/usaram; paizes/paises; gosar/gozem; redusirem/reduzirem; rasão/razão; visinhança/vizinhança*;
- a/e - *vinta/vinte*;
- e/a - *Catherina/Catharina*

- e/i ou i/e - *virtude/virtude; dereito/direito; inimigo/inimigo; quaes/quais; demaes/demais, taes/tais; geraes/gerais; Orientaes/Orientais; princepes/principes; quaesquer/quaisquer; naturaes/naturais; quasi/quase;*
- i/y - *assim/assym; tirania/tiranya; rey/rei; reyno/reino; aly/ali*
- o/u - *Deos/Deus; nao/nau; pao/pau; concluo/concluiu; tregoa/treguas; consomirão/consumirão; destruirão/destruirão; sacodirão/sacudirão; agoa/águas; destroição/destruição; sogeito/sujeito; osurpados/usurpados*

O uso indiscriminado de ‘i’/ ‘y’ testemunha que nessa época o português já não mais distinguia os sons do i grego (y), do i latino (i) e sua variante gráfica alongada, i longo ou jota (J).

O único lambacismo é o registro da palavra flamengo: *como muitos Framengos*.

Algumas construções prepositivas aparecem em sua forma dividida, indicando possivelmente um processo de fixação ortográfica ou alguma interferência na transmissão textual, já que esse texto foi escrito originalmente em latim, são os exemplos: *em as terras e mares; emquanto; com tudo/contudo*.

2 Abreviaturas

Abreviatura é a redução grafemática de uma palavra ou sintema³ e um termo que abriga vários conceitos, como abreviatura, sigla, truncamento, acrônimo, cruzamento, cifra, monograma, siglóide, siglema, monograma, símbolo, inicialismo, literação, recomposição, braquissmia, dentre outros, diz Rodríguez (2019).

O uso de abreviaturas indica uma atitude solidária entre autor e leitor, em que um pressupõe a compreensão do outro (SÁNCHEZ-PRIETO, 1995). Por causa disso, muitos sinais abreviativos descontinuam ou são substituídos, e surgem outros novos. É como se cada época elege-se seus padrões abreviativos, conforme suas demandas e materiais disponíveis.

Nos estudos paleográficos, existem várias propostas de classificação das abreviaturas, que repetem mais ou menos a taxonomia de Muñoz y Rivera (1889, p. 65-105), segundo o qual há abreviatura por 1) sigla, 2) apócope, 3) síncope, 4) letra sobreposta, 5) símbolo especial, 6) nexos ou conjunto de letras e 7) letras numerais.

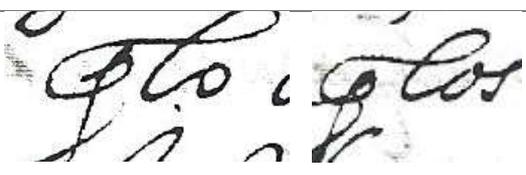
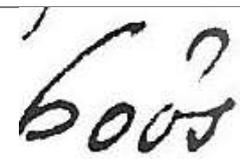
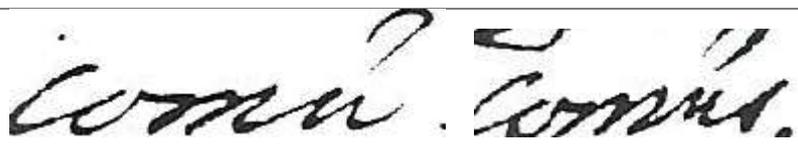
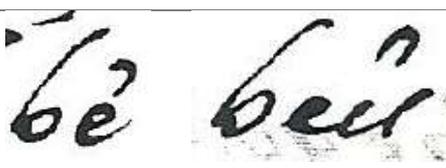
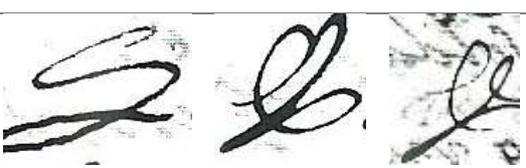
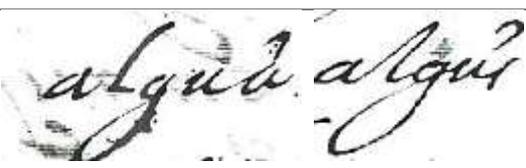
³ Sintema é uma unidade sintagmática morfológica mínima, termo criado por Martinet (1967) para diferenciar dois tipos de combinações semânticas, como: ‘sem-teto’ (sintema) e ‘sem tempo’ (sintagma).

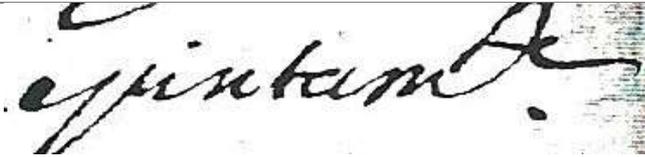
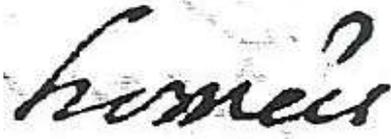
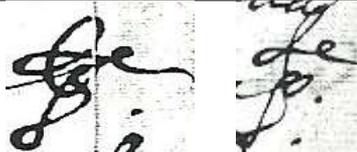
No Tratado de Haia, o padrão de abreviação não apresenta grandes dificuldades para a transcrição diplomática, o que é característico da redação tratadística, afinal os gêneros da esfera jurídica não podem apresentar embaraço que compliquem não só a interpretação, mas principalmente o ato cognitivo e mecânico da leitura

No total, existem 178 abreviaturas, sendo 102 do tipo síncope, que é a redução no meio da palavra, e 76 do tipo apócope, que é a redução no fim. No geral, os sons nasais são os mais atingidos, somam 132/178, tais como: an (*estrangeiras*), ão (*São*), em/en (*uzem/ordens*), im (*assim*), om/on (*com/ordens*) e um/un (*hum/alguns*).

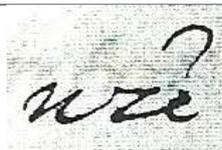
O alceamento gráfico é o indicativo abreviativo adotado em todo o texto, na sobreposição tracejada e/ou ortográfica. Adiante estão dispostas as principais abreviaturas e seus respectivos desenvolvimentos:

IMAGEM	DESENVOLVIMENTO
	Snor sr Senhor
	Hũ Um
	Hũa Uma
	Assy ~ assi Assim
	ẽ Em
	Ordeẽs Ordens

	<p><i>plo ~ plos</i> Pelos</p>
	<p>S Sua</p>
	<p><i>boôs</i> Bons</p>
	<p><i>Comũ ~ Comũs</i> Comuns</p>
	<p><i>bẽ ~ beẽs</i> Bens</p>
	<p><i>d'aguẽ</i> D'aquẽm</p>
	<p>E</p> <p>Não se configura como abreviatura, mas um sinal gráfico especial para a conjunção aditiva.</p>
	<p><i>Alguã</i> <i>Algũs</i></p> <p>Alguma Alguns</p>

	<i>Q</i> Que
	<i>Portug^{al}</i> Portugal
	<i>nẽ</i> Nem
	<i>juntam^{te}</i> Juntamente
	<i>conhceim^õ</i> Conhecimento
	<i>consenbim^õ</i> Consentimento
	<i>S^ã. Thome</i> São Thomé
	<i>homeis</i> Homens
	<i>p^{te}</i> Parte
	<i>p</i> Por

Pode ser também *per*,
porque no texto ambas as
formas variam.



Uzẽ

Uzem (usar)



Porẽ

Porém



Mag^{de}

Magestade



cõ

Com



ne^{te}

Neste



m^{to}

Muito



som^{te}

Somente



cõcerto

Concerto

Obs.: palavra separada
silabicamente por estar
em quebra de linha.

	<i>faz^a</i> Fazenda
	<i>Q VM de hã</i> Que Vossa Magestade dê uma [...]
	<i>extraordin^{rio}</i> Extraordinário
	<i>M^{so} s^{or}</i> Magnífico Senhor

Há algumas falsas indicações de abreviatura, como nas palavras adiante. Nelas está presente a sobrescrição tracejada, porém sem valor fonético. O sinal sobrescrito é adornativo ou apenas gráfico indicando a abreviatura da letra ‘m’, que aparece duplicada em alguns casos do texto. A sinalização adiante é apenas gráfica (não grafemática), visto que a presença de um ou dois ‘m’ não altera a pronúncia da palavra.

	<i>Cômmodo</i> (grafada provavelmente como ‘commodo’)
	<i>Cômmodidades</i> (provavelmente, ‘commodidades’)

Conclusão

Este estudo apresenta parte dos resultados da pesquisa sobre o Tratado de Haia (1641). Em Procópio e Nascimento (2014), foram apresentados o contexto histórico, parte do levantamento estemático e os critérios de transcrição, que na verdade é uma versão traduzida e atualizada do manual de transcrição do grupo CHARTA, da Universidade de Alcalá-Henares. Neste estudo, são apresentadas uma descrição grafemática e as abreviaturas.

A grafia do Tratado é marcada pela alternância entre o padrão fonético e pseudoetimológico, justamente porque o português seiscentista recupera alguns padrões grafemáticos do latim como tentativa de enobrecer o idioma lusitano. No geral, o texto apresenta pouca dificuldade com a leitura e o desenvolvimento das abreviaturas, afinal é um documento público de alto valor jurídico. A clareza ortográfica configura-se como uma marca da redação tratadística. Um impedimento na leitura significa um obstáculo ou um desvio à execução do pactuado, o que significa descumprir o combinado jurídico.

A multiplicidade de cópias em língua portuguesa demonstra a preocupação em divulgar o contrato diplomático entre os súditos, muito embora o Tratado não tenha sido cumprido nas colônias, afinal os holandeses continuaram com suas invasões no Nordeste e, posteriormente, no Norte brasileiro (Roraima).

Referências

BERNHARDT, R. Treaties. In: BERNHARDT, R. (Dir.). **Encyclopedia of Public International Law**. Amsterdã: Elsevier, 1991. p. 459-464.

BISOL, L. O Alçamento da Pretônica sem Motivação Aparente. In: BISOL, L; COLLISCHONN, G. **Português do Sul do Brasil: variação fonológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 63-78.

BLECUA, A. **Manual de crítica textual**. Madri: Castalia, 2001.

COUTINHO, I. L. **Pontos de Gramática Histórica**. 19 reimp. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2005.

ESPEJO-CALA, C. (Coord.). **Relaciones de sucesos en la Biblioteca de la Universidad de Sevilla**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008.

FARIA, E. **Síntese de Gramática da Língua Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Brigiet & Cia., 1940.

LASS, R. **Historical Linguistics and Language Change**. Cambridge: University Press, 1997.

MATTOS & SILVA, R. V. **O Português Arcaico**. São Paulo: Contexto, 2006.

MUÑOZ Y RIVERO, J. **Manual de paleografía diplomática española de los siglos XII al XVII**. Madrid: Viuda de Hernando, 1889.

PAIVA, D. F. Século XV e meados do século XVI. In: SPINA, S. (Org.). **História da Língua Portuguesa**. Cotia/SP: Ateliê, 2008.

PROCÓPIO, E. **Análise retórica do gênero Tratado de Fronteira: Brasil e países sul-americanos**



ISSN: 1981-0601
V. 14, N. Especial (2021)



174f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2020.

PROCÓPIO, E.; NASCIMENTO, E. M. Transcrição da Versão Portuguesa do Tratado de Haia (1641). **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, p. 2418-2433, 2014.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, F. Taxonomía de las abreviaciones y de la siglación: revisión crítica y propuestas terminológicas. **Revista Española de Lingüística**, Madrid, n. 49, fasc. 1, págs. 267-312, 2019.

SÁNCHEZ-PRIETO, A.B. Las abreviaturas como indicadores de hábitos de lecto-escritura. **Norba - Revista de Historia**, Cáceres-España, n. 15, págs. 159-168, 2001.

SCHRODER, M. Treaties, Validity. In: BERNHARDT, R. (Dir.). **Encyclopedia of Public International Law**. Amsterdã: Elsevier, 1991. p. 511-514.

SILVEIRA, S. **Lições de Português**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

SPINA, S. (Org.). **História da Língua Portuguesa**. Cotia/SP: Ateliê, 2008.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**. Traduzido por Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: INL, 1961.